

RECURSO ESPECIAL Nº 1.712.992 - SC (2017/0309329-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : CARLOS HENRIQUE SANTOS DE ALCÂNTARA - SC019756
JOSÉ ANTONIO BROGLIO ARALDI - SC030425A
LUIZ FERNANDO BRUSAMOLIN E OUTRO(S) - SC029941
NELSON PILLA FILHO - SC031773
RECORRIDO : BRÁULIO WEINER VICENTE DA SILVA
RECORRIDO : CINTIA WELP DE ALBUQUERQUE
RECORRIDO : JOÃO VIANA DE ALBUQUERQUE
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL SA, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE EXECUÇÃO FUNDADA EM CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO – SENTENÇA EXTINTIVA DO FEITO PELO PRONUNCIAMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (ART. 269, IV, DO CÓDIGO BUZAI) – PUBLICAÇÃO SOBA ÉGIDE DO REGRAMENTO PROCESSUAL CIVIL DE 1973 – INCONFORMISMO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EXEQUENTE. TRANSCURSO DO LAPSO TEMPORAL DE 5 (CINCO) ANOS PREVISTO NO ART. 206, § 5.º, I, DO CÓDIGO CIVIL – ARQUIVAMENTO ADMINISTRATIVO – INEXISTÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL POR PRAZO SUPERIOR A 10 (DEZ) ANOS – INÉRCIA NÃO IMPUTÁVEL AO JUDICIÁRIO OU A TERCEIROS, MAS TÃO SOMENTE À PARTE ACIONANTE, A QUEM INCUMBE DAR ANDAMENTO À LIDE, TENDO EM VISTA O TRÂMITE DA EXECUÇÃO EM SEU INTERESSE (CPC/1973, ART. 612, "CAPUT") – HIPÓTESE DO ART. 791, III, DO REVOGADO CÓDIGO DE RITOS (CPC/2015, ART. 921, III) QUE NÃO POSSUI O CONDÃO DE ESTANCAR A CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL INTERCORRENTE – IMPOSSIBILIDADE DE SE ETERNIZAR A PERSECUÇÃO DO CRÉDITO, RECAINDO SOBRE SEU TITULAR A ADOÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS PERTINENTES ANTERIORMENTE À PRESCRIÇÃO DO TÍTULO EXECUTADO, AINDA QUE SUSPENSO E ARQUIVADO ADMINISTRATIVAMENTE O FEITO

– DESNECESSIDADE, ADEMAIS, DE INTIMAÇÃO DA CREDORA ANTERIORMENTE À EXTINÇÃO – PRECEDENTES DESTA CÂMARA – DECISÃO TERMINATIVA MANTIDA – IRRESIGNAÇÃO DESPROVIDA.

Disciplina o art. 2.028 do Diploma Civilista em vigor que "serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada". A exigência de importância oriunda de contrato de abertura de crédito fixo, sujeitava-se ao prazo vintenário, nos termos do art. 177 do Código Civil de 1916 e com a entrada em vigor do Estatuto Civilista de 2002, passou a submeter-se ao lapso temporal de 5 (cinco) anos disciplinado no art. 206, § 5º. Na hipótese, tendo o contrato sido firmado em 26/7/1995, isto é, 7 (sete) anos antes da entrada em vigor do Código Civil de 2002, entende-se pela incidência do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, previsto neste Diploma. Para se configurar a prescrição intercorrente no processo de execução, reputa-se suficiente o decurso de lapso temporal superior ao da prescrição do título exequendo, sem que o credor promova as diligências que lhe competir, independentemente de a demanda estar arquivada administrativamente ou de prévia intimação do titular do crédito especificamente para impulsionar o feito. Dessarte, o instituto pode ser reconhecido "ex officio", independentemente de dupla intimação, motivo pelo qual não se considera aplicável ao caso a Súmula n. 240 do Superior Tribunal de Justiça, que versa exclusivamente acerca do abandono da causa. Ademais, inviável se interpretar os arts. 791, III, e 793 do Código Buzaid como respaldo judicial à inércia do exequente, não tendo o arquivamento administrativo o condão de estabelecer prazo indeterminado à localização de bens em nome da parte devedora. Na espécie, mostra-se inequívoco o decurso de prazo superior a 10 (dez) anos desde arquivamento administrativo do processo (29/3/2006) sem que houvesse qualquer manifestação da parte exequente no sentido de impulsionar o feito. Este lapso temporal ultrapassou, portanto, o de prescrição previsto para o objeto do litígio (instrumento particular de dívida), qual seja, de 5 (cinco) anos, segundo o art. 206, § 5º, do Código Civil " (e-STJ, fl. 181/182)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 921, §§ 2º e 3º, e 1.056 do Código de Processo Civil e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, que: 1) estando o feito arquivado administrativamente, não ocorre a prescrição intercorrente e 2) o termo inicial para a prescrição intercorrente, segundo preceitua o art.

1.056 do CPC, é a vigência do atual Código de Processo Civil, qual seja 18/03/2016, de modo que, sendo o prazo prescricional de 05 (cinco) anos, não há que se falar em prescrição.

Não foram apresentadas contrarrazões. (e-STJ fl. 220)

É o relatório. Passo a decidir.

O recorrente alega, inicialmente, que estando o feito arquivado administrativamente, por não terem sido localizados bens dos executados, não corre a prescrição intercorrente, uma vez que não há que se falar em inércia do credor.

Sobre o tema, assim decidiu a Corte de origem:

"Destarte, não há razões para decidir de forma totalmente antagônica nas execuções entre particulares, incidindo na hipótese o brocardo "ubi eadem ratio, ibi eadem dispositio" (onde houver a mesma razão, aplica-se o mesmo direito). Com efeito, o simples arquivamento administrativo do feito não pode ter o condão de estancar a contagem do prazo prescricional "ad eternum", a prolongar indefinidamente a exigibilidade do crédito exequendo ao livre arbítrio do autor.

(...)

Posteriormente (26/10/2005), determinou-se uma vez mais o arquivamento administrativo da demanda executiva (fl. 93), efetivamente realizada em 29/3/2006 (SAJPG). E, conforme certidão de 28/5/2015, "o processo foi reativado do arquivo administrativo e que até a presente data não houve manifestação das partes" (fl. 96).

Ato contínuo (fl. 2/6/2015), considerando que a credora manteve-se silente por quase 10 (dez) anos, o Togado Singular proferiu sentença para reconhecer a ocorrência da prescrição intercorrente e declarar extinto o feito com amparo no art. 269, IV, da Lei Processual Civil, pelo fundamento fático a seguir reproduzido:

(...)

Por fim, "ad argumentam tantum", vale fazer registro de "que agora que há expressa positivação da prescrição intercorrente nos arts. 921 e 924 do novo Código de Processo Civil, sepultando de vez qualquer discussão acerca da aplicação analógica do modelo então regente da execução fiscal, regulamentado no art. 40 da Lei n. 6.830/1980, inclusive a prescindibilidade da intimação pessoal" (Apelação Cível n. 0038070-03.1998.8.24.0038, rel. Des. Newton ESTADO DE SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA Varella Júnior, j. em 17/4/2017)." (e-STJ fl. 195)

Ocorre que a Segunda Seção deste Tribunal firmou a compreensão de que incide a prescrição intercorrente, nas causas regidas pelo CPC/1973 (REsp 1.604.412/SC, Relator o Ministro Marco Aurélio Bellizze, DJe de 22/8/2018), na hipótese de o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado e que o termo inicial da contagem deve ser contado a partir do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de 1 (um) ano - aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei de Execuções Fiscais.

Estabeleceu-se no referido julgado, ainda, ser desnecessária a intimação prévia do credor para dar andamento ao processo, em caso de eventual reconhecimento, de ofício, da prescrição intercorrente, mas que caberia ao julgador, em respeito ao contraditório, assegurar-lhe oportunidade de apresentar defesa quanto à eventual ocorrência de fatos impeditivos, interruptivos ou suspensivos da prescrição; não para promover extemporaneamente o andamento do processo.

O referido julgado restou assim ementado

RECURSO ESPECIAL. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. CABIMENTO. TERMO INICIAL. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO CREDOR-EXEQUENTE. OITIVA DO CREDOR. INEXISTÊNCIA. CONTRADITÓRIO DESRESPEITADO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. As teses a serem firmadas, para efeito do art. 947 do CPC/2015 são as seguintes: 1.1 Incide a prescrição intercorrente, nas causas regidas pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, conforme interpretação extraída do art. 202, parágrafo único, do Código Civil de 2002.

1.2 O termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de um ano (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980).

1.3 O termo inicial do art. 1.056 do CPC/2015 tem incidência apenas nas hipóteses em que o processo se encontrava suspenso na data da entrada em vigor da novel lei processual, uma vez que não se pode extrair interpretação que viabilize o reinício ou a reabertura de prazo prescricional ocorridos na vigência do revogado CPC/1973 (aplicação irretroativa da norma processual).

1.4. O contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição.

2. No caso concreto, a despeito de transcorrido mais de uma década após o arquivamento administrativo do processo, não houve a intimação da recorrente a assegurar o exercício oportuno do contraditório.

3. Recurso especial provido.

(REsp 1604412/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/06/2018, DJe 22/08/2018)

Consoante se extrai da aludida orientação, portanto, o prazo de suspensão do feito, quando não fixado pelo juiz, somente deve perdurar por 1 (um) ano, momento em que iniciará a contagem do prazo da prescrição intercorrente, o qual deverá regular-se pelo direito material em discussão, repita-se, independentemente de intimação prévia do credor para dar andamento ao processo.

No particular, portanto, não procede a alegação do recorrente de que não ficou caracterizada a desídia da instituição financeira, diante da própria constatação do Tribunal de origem de que o feito ficou arquivado entre 2005 e 2015. Também não se sustenta o argumento de que a contagem do prazo prescricional deve se dar a partir do novo CPC, tendo em vista que o período de suspensão ocorreu ainda na vigência da legislação anterior.

Apenas é de ser observado que o prazo de suspensão deve perdurar por 1 (um) ano, caso não fixado pelo juiz, momento em que iniciará a contagem do prazo da prescrição intercorrente, situação que pode ser inferida do acórdão atacado pelo longo período de arquivamento do feito.

Ocorre que, no caso dos autos, o Magistrado de primeiro grau julgou extinta a execução em virtude do reconhecimento da prescrição intercorrente, mas não assegurou a observância do contraditório, uma vez que houve o reconhecimento de ofício da prescrição intercorrente sem que fosse assegurado ao recorrente oportunidade de apresentar defesa quanto à eventual ocorrência de fatos impeditivos, merecendo, reforma, nesse aspecto, tal como assinala a jurisprudência desta Corte indicada linhas atrás.

Frise-se que não se trata de intimação para dar andamento ao feito, esta sim desnecessária, mas sim intimação para oportunizar a apresentação defesa quanto à eventual ocorrência de fatos impeditivos ao reconhecimento da prescrição intercorrente. Neste sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INTIMAÇÃO DA PARTE. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO. AGRAVO INTERNO PROVIDO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Consoante o entendimento consolidado na Segunda Seção desta Corte, "Incide a prescrição intercorrente, nas causas regidas pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, conforme interpretação extraída do art. 202, parágrafo único, do Código Civil de 2002" (Incidente de Assunção de Competência no REsp 1.604.412/SC, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, julgado em 27/06/2018).

2. A prescrição intercorrente independe de intimação pessoal para dar andamento ao processo.

3. Mesmo sendo possível o reconhecimento de ofício da prescrição intercorrente, é necessário o prévio contraditório, não para que a parte promova, extemporaneamente, o andamento do processo, mas para assegurar a oportunidade de apresentar defesa quanto à eventual ocorrência de fatos impeditivos, interruptivos ou suspensivos da prescrição.

4. Agravo interno provido para dar parcial provimento ao recurso especial e determinar o retorno dos autos à origem apenas para dar oportunidade à parte para se pronunciar quanto à eventual circunstância obstativa do transcurso do prazo prescricional.

(AgInt no AREsp 1013742/BA, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 11/09/2018)

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INÉRCIA DO CREDOR-EXEQUENTE. INTIMAÇÃO.

NECESSIDADE. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO. MORTE DE UM DOS EXECUTADOS. REGULARIZAÇÃO. NULIDADE NÃO

VERIFICADA.

1. Ação ajuizada em 19/12/1994. Recurso especial interposto em 09/03/2015 e atribuído a esta Relatora em 25/08/2016. Julgamento: CPC/1973.

2. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.

3. Verifica-se a prescrição intercorrente da pretensão executória quando o credor-exequente deixa de promover o regular andamento do processo, adotando as providências que lhe são próprias, por prazo equivalente ao da prescrição do título exequendo.

4. Consoante a jurisprudência firmada pela 3ª Turma deste Tribunal, compete ao juiz, antes de pronunciar a prescrição intercorrente, intimar o exequente a fim de que, no exercício regular do contraditório, tenha a oportunidade de comprovar a eventual existência de fatos impeditivos à incidência da prescrição. *Precedentes.*

5. A inobservância do disposto no art. 265, I, do CPC/73 - que determina a suspensão do processo pelo falecimento de uma das partes - enseja, tão somente, nulidade relativa, sendo válidos os atos processuais subsequentes desde que não haja prejuízo aos interessados. *Precedentes.*

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, parcialmente provido.

(REsp 1552432/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 18/12/2017)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, a fim de que o Tribunal de origem assegure, antes do reconhecimento da prescrição, o exercício do contraditório, com a devida intimação do recorrente para que se manifeste.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator